

O “MENINO DE RUA” ENTRE O SOMBRIO E A ABERRÂNCIA DA EXCLUSÃO SOCIAL

THE “STREET BOYS” BETWEEN SOCIAL EXCLUSION GLOOMY AND ABERRANCE

Sheva Maia da NÓBREGA¹
Taciana Alves de LUCENA²

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar as representações que os “meninos de rua” elaboram sobre si mesmos confrontadas às representações que estudantes universitários em formação profissional em ciências sociais, constroem sobre os “meninos de rua”. Utilizamos o multimétodo, qualitativo e quantitativo, para coleta e análise de dados. Aplicamos o teste de associação livre a uma amostra de 178 sujeitos, organizados em dois grupos (“meninos de rua” e estudantes universitários) distintos por sexo e idade. Os dados coletados foram processados através do soft Tri-Deux Mots, e foi realizada a análise fatorial de correspondência entre os dois grupos sobre um total de 2.535 palavras. A metodologia consta também de entrevistas em profundidade e semi-estruturadas realizadas com sujeitos de ambos os grupos. Os resultados revelam uma oposição representacional quanto ao conteúdo e à estrutura entre os “meninos de rua” e os estudantes universitários. No que concerne à estrutura da representação, graficamente fica revelado que ambos os grupos se colocam em posições de distanciamento com relação ao “menino de rua”. Quanto ao conteúdo, os estudantes universitários constroem uma representação política e psicossocial a respeito do “menino de rua”. No que concerne aos “meninos de rua” que entrevistamos, existe uma nítida diferenciação entre a identidade que eles constroem de si mesmos e a representação que elaboram a respeito dos “meninos de rua”. É atribuída a esses últimos uma ação de criminalidade e marginalidade. Os resultados evidenciam a tese de que “a necessidade de se diferenciar da minoria, para não ser assimilado a ela, é tanto mais necessária quanto mais se sente próximo a ela”. Assim são

¹ Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco. Av. Acad. Hélio Ramos, s/n, CFCH, 8º andar, 50670-901, Recife, PE, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: S.M. Nóbrega.

² Acadêmica, Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, Brasil. Bolsista PIBIC/CNPq.

representados os “meninos de rua” por eles próprios, com fortes tonalidades de violência e criminalidade vivenciadas no cotidiano, seja pela negligência governamental no incremento de políticas sociais, como representam os estudantes universitários, seja pela tênue separação entre a vida e a morte vivenciada pelo “menino de rua” que tenta driblar a possibilidade letal, deslizando como equilibrista sobre o fio da navalha cortante do seu cotidiano.

Palavras-chave: representações sociais; identidade social; “menino de rua”; exclusão social; estudantes universitários - serviço social.

ABSTRACT

This present research aims to analyze the comparison between the “street boys” and social science university students’ representations about the street boys. The multi-method, qualitative and quantitative, was used for data collection and analysis. The free association test was applied in 178 subjects divided in two groups (“street boys” and university students), distinguished by sex and age. The collected data was processed by the soft Tri-Deux Mots, and the factorial analysis of the groups correlation was done over a total of 2.535 words. The methodology also includes semi-structured interviews with subjects from both groups. The results reveal a substantial opposition between the “street boys” and the university students’ representation in regard to the content and structure. Regarding to the representation structure, it is graphically revealed that both groups put themselves away from the “street boys”. From the content perspective, the university students have presented a political and psychosocial representation about the “street boys”. The “street boys” interviewed have presented a significant and different concept between the identity they have built about themselves and the “street boys” representation, whose reference is the criminal and marginal actions. The results have supported the differentiation need thesis, that points out as closer you are from the minority, as necessary it is to be different from that, not to be considered its member. Thus, the “street boys” describe themselves through strong violence and criminal nuances, which are part of their daily routines, whether due to government negligence to the social politics increasing or to the slight limit between life and death for those who live on the streets and try to deal with the risk, as a tightrope walker sliding on the razor’s edge of his everyday life.

Key-words: social representations; social identity; “street boys”; social exclusion; college students - social work.

AS TONALIDADES DA EXCLUSÃO SOCIAL

Este artigo tem como objetivo analisar e explicar como os “meninos de rua” e os estudantes do curso de serviço social constroem representações sociais sobre a categoria “meninos de rua” socialmente forjada nas duas últimas décadas no Brasil. Tomamos como objetivo geral compreender as relações e práticas sociais de

conflito reveladas nas situações de defesa da identidade confrontadas à necessidade de aproximação e de afastamento em relação às diferenças de outrem. Pretendemos observar, por um lado, como as crianças e adolescentes encontrados nos semáforos das ruas do Recife, PE, exercendo atividades de trabalho (limpando pára-brisas, vendendo bombons etc.), representam a expressão “meninos de rua” enquanto

estereótipo difundido socialmente. Por outro lado, temos como objetivo observar em que medida a construção cognitiva relativa ao "menino de rua" pode ser influenciada pela assimilação do conhecimento acadêmico entre os estudantes de serviço social. Assim, torna-se possível confrontar códigos de comunicações elaborados por dois grupos de diferentes inserções sociais e as atitudes dos mesmos em relação à problemática.

A categoria "menino de rua", forjada na modernidade, passou a circular nos anos 80, para classificar um grupo social emergente nas grandes metrópoles de países da América Latina (Brasil, México e Colômbia), sendo utilizada como código de comunicação social para identificar o novo grupo. Estudos foram realizados focalizando diversos âmbitos de conhecimentos: psicológicos (cognitivo, afetivo etc.), epidemiológicos, sociais, históricos etc., que geraram não apenas mudanças de nomenclaturas, mas de explicação histórica do fato. Rosemberg (1994), por exemplo, introduz uma mudança na terminologia "menino de rua", substituindo-a pela utilização da nova expressão "crianças em situação de rua". Nuances que, segundo as diferentes teorias, designam enfoques divergentes sobre a concepção analítica de definição de um problema apropriado cientificamente. A autora inicia uma discussão sobre a expressão "meninos de rua", introduzida pela primeira vez no Brasil por Rosa Maria Fischer Ferreira (1979) acrescentando outra óptica analítica com a mudança terminológica "de rua" para "em situação de rua", focalizando as causas desse problema no desenvolvimento discrepante entre Norte e Sul do Brasil e estabelecendo comparações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim como destacando a influência da mídia e das agências de ajuda a essa população.

O trabalho de Ferreira (1979), pioneiro nas investigações sobre a problemática dos "meninos de rua", apresenta uma exaustiva e volumosa pesquisa exploratória realizada na cidade de São Paulo com o objetivo de obter informações capazes de questionar o discurso institucional economicista acusativo que se isentava da

responsabilidade uma vez que depositava a culpa sobre uma denominada marginalidade, considerada oportunista sobre a fenda social aberta pelas falhas conseqüentes dos âmbitos jurídicos e policiais, e indicando como solução o recrudescimento da ação repressiva e de métodos mais coercitivos. Por outro lado, o mesmo estudo visava evitar a perspectiva simétrica e oposta da visão paternalista e assistencialista sobre o problema, evidenciando a impossibilidade de um suposto postulado de neutralidade científica no percurso metodológico. A autora interrogava-se sobre a função da polêmica instalada e veiculada pelos organismos oficiais, opinião pública e meios de comunicação de massa, relativa à periculosidade da delinquência juvenil e da criação do rótulo de infrator. Como a categoria "menino de rua" passou a ser utilizada como mecanismo de exclusão e estigmatização, a constituição da população marginalizada somente poderia encontrar uma via de explicação, segundo a autora, quando analisado criticamente o sistema socioeconômico vigente, reconhecendo essa população atrelada inextricavelmente à categoria exército industrial de reserva. O delineamento desse perfil populacional urbano seria resultante das formas de ação exercidas pelas instâncias econômica e política no processo de desenvolvimento histórico do país nos últimos anos. Os dados obtidos também revelaram que os jovens designados de marginais e/ou delinqüentes tiveram, efetivamente, suas existências saqueadas no que concerne às importantes fases de desenvolvimento humano (infância e adolescência) pela implantação de um modelo econômico no Brasil. Esses jovens "meninos de rua" foram destituídos de um percurso existencial histórico com seguimentos evolutivos; a temporalidade relativa ao futuro tornou-se esvaziada diante das interrupções e saltos na continuidade de experiências que possibilitassem a projeção de uma linearidade de suas próprias vidas. A aniquilação do controle de suas próprias existências favorece a alienação de si mesmos como sujeitos, cuja identidade é construída sobre a fragilidade da impotência de contestação diante da internalização de estigmas socialmente forjados pelos valores sociais dominantes.

Banidos na exclusão social, esses jovens reinventam a instrumentalização de estratégias de sobrevivência como forma de inclusão social, fundada em valores diferenciados dos padrões socialmente estabelecidos. A violência do modelo econômico vigente torna-se legitimada medida em que o estigma e a exclusão se transformam em mecanismos culturalmente assimilados e efetivados pelo conjunto da sociedade. Sugerindo como eixo de mudança ao problema do menor marginalizado, a autora focaliza a necessidade de transformação na relação entre o capital e o trabalho, de investigação nos níveis macro e microscópico relativos aos poderes das instâncias de repressão, seus benefícios e articulações com o crime organizado, e de atribuição da responsabilidade social dos sujeitos no envolvimento das mudanças de toda a sociedade, destituindo como legítimas as atuais ameaças de sobrevivência e de exercício da cidadania da população analisada.

Os discursos dos anos 80 (Cheniaux, 1982) produzem, no âmbito do conhecimento científico e da ação interventiva, deslocamento de uma concepção "imobilista" que resulta numa transformação da categoria descritiva para explicativa. Entretanto, ao nível do senso comum, desenvolve-se a cristalização do estigma, que, difundido pelos meios de comunicação, veicula imagens e mensagens que interferem diretamente no campo perceptivo dos sujeitos (Rosemberg, 1994).

As relações sociais evidenciam, de forma explícita ou codificada, os processos de categorização social e criação de estereótipos que se constituem experiências subjetivas vivenciadas por grupos sociais específicos. As práticas sociais revelam que situações de conflitos emergem das múltiplas possibilidades que existem entre os indivíduos que tentam negociar suas diferenças, seja para assegurar e obter o reconhecimento de uma diferença particular, seja para manutenção não somente de diferenças, mas, sobretudo, de desigualdades sociais e de exclusão. Nesse contexto, tentamos compreender como a construção de categorias sociais revela suas faces ideológica, afetiva e cognitiva no processo

de demarcação de territórios sociais que podem induzir diferentes modos de socialização ou de perversão humana.

René Lenoir é considerado autor da introdução da nova terminologia criada em 1974. A noção de exclusão social tem sido objeto de investigações nesses últimos dez anos, não restrita aos saberes relativos ao Direito e à Economia, uma vez que as preocupações têm sido ampliadas por disciplinas de domínios diversos como a História, Sociologia, Psicologia etc. Em uma coletânea de estudos de diversos especialistas sobre a problemática, Paugam (1996) assinala que a noção de exclusão social tem sido recusada pela comunidade científica pelo fato de ser considerada uma noção "difusa", genérica, "um objeto obscuro" que não corresponde a uma categoria científica pela fluidez de métodos e objetos com que os pesquisadores pretendem apreendê-la, revelando-se imprecisa e, portanto, duvidosa enquanto categoria do pensamento científico. A exclusão tem sido focalizada, de modo geral, implícita ou explicitamente, abrangendo diferentes acepções conforme se faz uso para explicação dos mais variados fenômenos visando identificar as particularidades da exclusão como fonte produtora de angústia coletiva (Jodelet, 1989b; Sawaia, 1999).

Mas, ao mesmo tempo em que a noção de exclusão separa e distancia a comunidade científica, ela também reúne e atrai os pesquisadores porque "suscita a reflexão e contribui para estruturar numerosas pesquisas. Ela corresponde a um lugar virtual que permite se dizer um certo número de coisas e em torno do qual se organiza uma parte do saber das ciências sociais" (Paugam, 1996, p.566). O autor refere-se à exclusão como uma categoria não unicamente de ação pública face à hegemonia, mas como "noção transversal" que reúne uma multiplicidade de estudiosos sensíveis aos incomensuráveis passos do capitalismo esmagador de grupos sociais, que produz a degradação do mercado de trabalho, riscos de novas segregações e o enfraquecimento dos vínculos sociais na disputa de espaços territoriais.

A exclusão, como tem sido também concebida no debate entre especialistas no fim do último século, não é senão a renovação de formas antigas de preservação da assepsia do social, de varrer e expulsar para as franjas da sociedade grupos considerados ameaçadores ou socialmente desacreditados. Entre estudiosos de questões urbanas e delimitação territorial, a configuração simbólica atribuída ao lugar que a pobreza ocupa nas diferentes organizações político-econômicas - como a exclusão na França, *underclass* nos E.U.A. e marginalidade na América Latina - "reenvia as configurações do espaço social - dentro/fora, alto/baixo, centro/periferia" (Fassin, 1996, p.263).

Ao longo dos séculos, a exclusão se reproduz, renovando estratégias de segregação, redirecionando novos alvos populacionais não mais circunscritos aos limites das "franjas do subproletariado", da pobreza, dos desempregados, dos negros, dos imigrantes, mas famintamente ampliando as margens dos excluídos, atualmente devorando jovens sem diploma e/ou especialização profissional, idosos, deficientes, inadaptados sociais (drogados, revoltados, delinqüentes etc.), alcançando de maneira temporária ou duradoura uma diversidade de grupos sociais vulneráveis e definidos como menos qualificados para a vida em sociedade. Dos tentáculos móveis e ilimitadamente dimensionados na máquina de controle social, esse voraz e sorrateiro exercício de poder captura indistintamente todos que um dia se supuseram poupados e isentos de banimento.

Por seu caráter polissêmico (Jodelet, 1996a; 1999), a noção de exclusão é definida, no terreno da psicossociologia, em função de determinações simbólicas e materiais, subsumindo as mais diversas formas de relações coletivas (interpessoais ou de grupos), incluindo processos de segregação quando o outro é colocado à parte ou mantido à distância de uma configuração anatômica social e territorial, assim como processos de marginalidade, quando se coloca outrem à parte de um grupo, instituição ou da sociedade; e ainda como atitudes de discriminação, evidenciadas na manipulação de

informações, obstrução do acesso de alguns a recursos/bens, aos papéis/status, na maneira depreciativa diferenciada negativamente (Jodelet, 1996ab). Em sua pesquisa sobre a doença mental e sua relação com a construção da alteridade, Jodelet (1989b) constata que até recentemente foi utilizada a metáfora orgânica como forma de se fazer reportar ao social entendido como um corpo. Recentemente, essa forma de linguagem foi substituída pelo uso de uma nova metáfora, denominada de telúrica para designar a exclusão enquanto fratura de um bloco aberto em fragmentos "não tendo nenhum tipo de relação entre eles, separados por uma fenda não mais preenchida por nenhuma forma de vínculo social, ainda que fosse este conflituoso" (Jodelet, 1996b, p.111).

Considerando o seu aspecto dinâmico, as representações sociais (RS) "*se apresentam como uma rede de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias [do senso comum]*" (Moscovici, 2003, p.210). Pelo fato de serem partilhadas socialmente, as RS são, simultaneamente, cognitivas e sociais na medida em que o sujeito e o objeto de conhecimento não podem ser dicotomizados, onde os processos de transmissão e construção do saber encontram-se intrincados.

Nesse sentido, interrogamo-nos sobre a dialética que se instaura entre o sistema cognitivo e o metassistema social no processo de comunicação num grupo de estudantes de serviço social que, em fase de formação profissional, traduz a expressão "meninos de rua". Considerando que os valores sociais se sedimentam através do grupo ao qual se encontra mais fortemente vinculado o sujeito, e que as representações são construções sociocognitivas orientadas por pressões do grupo que, tendo uma função identitária, visa orientar o sujeito na comunicação e ação no seio do grupo de referência. Desse modo, a construção das representações se impõe como um modo de estruturação conflituosa em relação aos valores e confronto de outro grupo, manifesta na forma de uma constelação representacional. Em suma: como representam os estudantes de serviço

social a categoria “meninos de rua”? Corresponde a uma representação social elaborada e fundada na diferença de inserção social e assimilação de valores culturais veiculados a respeito dessas crianças ou consiste na implantação de modelos comunicacionais socialmente apropriados?

Nosso objeto de pesquisa centraliza-se nas representações sociais que estudantes do curso de serviço social (alunos iniciantes cursando o primeiro período e alunos concluintes) elaboram a respeito da expressão “meninos de rua” confrontadas às representações que esses últimos elaboram sobre si mesmos, e nos valores que fundamentam seus julgamentos e as práticas que orientam suas condutas na apropriação dessa categoria. Com relação aos dois grupos de estudantes, pretendemos avaliar como o foco de atribuição (interno versus externo) e o confronto a outro grupo (“menino de rua”) determinam no reconhecimento do “outro” como diferente, ou na defesa da própria identidade, estabelecendo uma relação de exclusão com a alteridade. Do mesmo modo, a presente pesquisa visa compreender como reagem os “meninos de rua” quando confrontados à categoria que designa um grupo de exclusão social, e que em muitos aspectos (econômicos, sociais, de moradia etc.) encontram-se próximos.

As teses desenvolvidas por Moscovici (1979) sobre a teoria das minorias ativas revelam-se como suporte fundamental para investigação das relações de exclusão e de divisão do espaço territorial da sociedade, onde os sujeitos buscam fundamentalmente defender sua identidade em oposição à alteridade, considerada ameaçadora na consolidação dos atributos identitários. As pesquisas inspiradas na teoria das representações sociais (Moscovici, 1961; 1979; Jodelet, 1989ab; Abric, 1992) têm-se revelado importantes no que concerne à explicação de situações sociais que demandam intervenções profissionais na solução dos problemas.

Particularmente, pretendemos como objetivos específicos: identificar as representações sociais construídas sobre a expressão “meninos

de rua” como forma de comunicação socialmente compartilhada; identificar o modo como se desenvolve a apropriação de produções coletivas como aquisição específica da linguagem e da cultura através das dinâmicas interativas do grupo de “meninos de rua” e de estudantes, e a maneira como suas práticas são integradas nos sistemas social e cognitivo a partir das rotinas dos grupos de pertencimento (família, amigos, escola etc.) e reconstituídas em registros próprios da linguagem.

Utilizamos como hipóteses o fato de considerarmos que a estrutura cognitiva do campo representacional é semelhante nos diferentes grupos, considerando que o processo de construção de categorização do sujeito em relação ao outro se fundamenta na mobilização afetiva de diferenciação oposicionista (si mesmo *versus* alteridade, *in-group* x *out-group*) etc.; enquanto os conteúdos das representações, ao contrário de sua estruturação, devem ser diferenciados em função: a) das diferenças evidenciadas através da representação de si mesmo relacionada ao “foco de atribuição” (interior x exterior, assistente social X “menino de rua”) e b) do processo de categorização de acordo com o grupo de pertença.

MÉTODO

A pesquisa foi realizada com uma amostra de 178 sujeitos, organizados em dois grupos: um grupo constituído de 52 “meninos de rua” (sujeitos entre 7 e 17 anos que se encontravam nas ruas exercendo atividades de trabalho, tais como venda de frutas e/ou objetos, limpeza de pára-brisas etc.), todos vinculados às suas famílias, retornando à noite para dormir e dividindo as atividades, freqüentando escola e trabalhando nos semáforos. Um outro grupo constituído de 126 alunos regularmente inscritos no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), subdividido em dois subgrupos; os recém-matriculados no primeiro período do curso de serviço social e os concluintes no mesmo curso.

Técnicas e instrumentos da pesquisa

Foi realizada uma abordagem quantitativa e qualitativa através da utilização dos seguintes instrumentos: um questionário para obter informações sociodemográficas, o teste de Associação Livre (Nobrega & Coutinho, 2003), e entrevistas em profundidade e semi-estruturadas. O teste de associação foi aplicado à totalidade da amostra (n=178). Trata-se de um instrumento que se revela adequado tanto para a análise dos processos de construção cognitiva das representações (Abric, 2003; De Rosa, 2003), quanto para a análise das relações de delimitação de espaços socioterritoriais na dinâmica de inclusão e exclusão sociais de sujeitos (Abric, 1994; 1996; Nóbrega & Coutinho, 2003) em relação a determinado objeto. Foram realizadas seis entrevistas em profundidade (três com estudantes e três com "meninos de rua"), a partir das quais foram construídos roteiros de entrevistas semi-estruturadas e aplicadas a uma amostra de 24 sujeitos.

O material coletado foi analisado conforme a dupla dimensão investigativa de dados empíricos: a abordagem quantitativa e a qualitativa. O procedimento quantitativo refere-se ao tratamento estatístico realizado com os dados obtidos através do teste de associação livre, que foram processados no *software Tri-Deux Mots* (Cibois, 1990; 1991), e analisados através da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Os resultados do material processado foram analisados em duas etapas: inicialmente, foram organizados os dicionários, introduzindo em arquivos distintos e correspondentes a cada estímulo indutor todas as respostas evocadas pelos sujeitos no teste de associação livre de palavras. Em seguida, foi realizada a análise semântica das respostas por similaridade de significação, agrupando as menos freqüentes às de maior freqüência, possibilitando a organização de categorias analíticas. Tomados os testes um a um, foi construído o banco de dados, baseado nos resultados obtidos com as etapas precedentes, para serem processados no *software Tri-Deux Mots*. O *soft* produz um arquivo onde se encontram organizadas, por ordem alfabética e de freqüência, todas as

respostas evocadas nos testes de associação e registradas previamente no banco de dados. Com relação às entrevistas, foi realizada a análise temática de conteúdo (Bardin, 1989; Sá, 1998) de acordo com a organização dos temas em evidência, preservando o critério de conteúdos excludentes relativos às categorias, assim como a freqüência dos termos e expressões evocadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do plano fatorial é feita a partir dos resultados da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) revelados no jogo de oposições evidenciadas pelas modalidades (respostas aos estímulos indutores). Detivemo-nos na análise dos dois primeiros fatores que revelaram os seguintes resultados: o fator 1 explica 54,9% da variância total de respostas (valor próprio=0,0498), e o segundo fator, 43,2% de variância (valor próprio = 0,039), perfazendo um total de 98,1% da variância total, o que significa um excelente percentual de dados contemplados estatisticamente para serem explicados.

A representação gráfica dos planos fatoriais 1 e 2 (F1 e F2), figura a seguir, revela com clareza como se estrutura a RS sobre a alteridade configurada no sujeito considerado "menino de rua". O mapa fatorial é determinado pelas respostas aos estímulos indutores para os dois grupos (universitários e "meninos de rua") que mais contribuíram à formação dos eixos. No total foram evocadas 2.535 palavras pelos 178 sujeitos, das quais 587 são palavras diferentes (Figura 1).

O eixo 1 (F1), horizontal e de cor vermelha, indica as representações que mais contribuíram na construção do Fator 1. Encontram-se evidenciadas oposições entre os três grupos: os "meninos de rua", situados no eixo 1, à esquerda, formando uma densa nuvem de fortes representações negativas em relação à categoria "menino de rua" sobre a qual desfila um cortejo de misérias e criminalidade, na medida em que é representado como "cheira cola, trombadinha, ladrão, mau, e faz coisas erradas". Para os jovens (crianças e adolescentes) entrevistados,

			estud.1º período	
3	"meninos de rua"	não sabe7	!	2
3	boa1	vida melhor7	!	3
3	ruim2	trabalho7	!	4
	violenta2	cheira-cola4	!	5
3	brinca2	boa5	!	6
3	bonito3	nãosabe5	!	7
3	bom3	brinca5	!	8
3	bom6	ruim6	!	9
				10
3			!	11
3			!	12
3			!	13
3			!	14
3			!	15
3			!	16
3			!	17
3			!	18
3			!	19
3			!	20
3			!	21
3			!	22
3			!	23
3			!	24
3			!	25
3			!	26
3			!	27
3			!	28
3			!	29
3			!	30
3			!	31
3			!	32
3			!	33
3			!	34
3			!	35
3			!	36
3			!	37
3			!	38
3			!	39
3			!	40
3		brincadeiras5	!	41
3		alegre5 incerto7	!	42
3		saudade5	!	43
3		futuro8 sofre4	!	44
3		necessidade8 falta politica4	!	45
3		companheirismo1	!	46
3		amor1 base1	!	47
3			!	48
3			!	49
3			!	50
3			!	51
3			!	52
3			!	53
3			!	54
3			!	55
3			!	56
3			!	57
3			!	58
3			!	59
3			!	60
3			!	61
3			!	62
				63
				concluintes
Fator1 (F1 = horizontal, vermelho)		Fator2 (F2 = vertical, azul)		

Figura 1. Representação gráfica dos Eixos Fatoriais 1 e 2.

Continua

Estímulos	Sujeitos	
1 = Família 2 = Rua 3 = Si Mesmo 4 = "Menino de Rua" 5 = Infância 6 = Trabalho 7 = Futuro 8 = Estudo	Universitários	Iniciantes Concluintes
	"Meninos de Rua"	Crianças e Adolescentes

Figura 1. Representação gráfica dos Eixos Fatoriais 1 e 2.

a rua é considerada "ruim e violenta", embora as crianças menores considerem-na um lugar possível para "brincar". De modo revelativo como um vocábulo desconhecido para esse grupo, a infância é um termo estranho aos mesmos, fato constatado por um elevado número de sujeitos que não sabem o que significa essa palavra, não tendo o que dizer sobre ela, e, para uma pequena minoria, a infância é genérica e vagamente considerada como "boa". Esses resultados confirmam os estudos de Ferreira (1979) que destacam que, na luta pela sobrevivência desse grupo populacional, a infância torna-se estrangulada para serem assumidas atividades de subsistência, atribuição juridicamente concernente à idade adulta. Da mesma forma que esses sujeitos desconhecem a existência de sua própria fase de desenvolvimento psicossocial que lhes fora violada e extraviada no percurso de suas existências, também não conseguem precisar sobre o próprio futuro: a perspectiva do porvir é desmoronada pelo "não sei", ou pela tênue expectativa de que pretendem "ter uma vida melhor". Há a esperança de inserção no mercado de produção, representada pelo desejo de ter um "trabalho". A única representação que é associada ao estímulo trabalho é uníssonas e silábica: "ganhar dinheiro".

No mesmo eixo, lado positivo, à direita, situam-se os estudantes iniciantes no curso de serviço social com representações inteiramente antagônicas ao primeiro grupo acima descrito.

Para este segundo grupo, o "menino de rua" é considerado "carente", a infância representa a "felicidade", e o estudo é "necessário" e "importante". Podemos destacar que a categoria "menino de rua" é revestida, para os estudantes iniciantes no curso de serviço social, de uma representação com tonalidades de valores filantrópicos religiosos ainda desprovida de conteúdos políticos, na medida em que os mesmos se percebem isentos de responsabilidade social, já que não se reconhecem enquanto cidadãos comuns de uma mesma conjuntura social, embora a diferenciação de inserção social seja uma constatação evidente, mas compartimentada e não articulada a uma totalidade social.

Esses resultados confirmam a primeira hipótese relativa à similitude na estrutura do campo representacional (De Rosa, 1988), no que concerne à distância social estabelecida entre o sujeito e o objeto da representação considerado alteridade. Para os estudantes, o "menino de rua" é revelado na sua diferença e desigualdade social, destituído de todos os atributos que qualificam a identidade do grupo de pertença estudantil. No mesmo sentido, as crianças e adolescentes entrevistados mantêm um rigoroso distanciamento em relação à categoria "menino de rua", uma vez que o caracterizam com atributos depreciativos e criminais, inversamente ao que representam sobre si mesmos, considerado-se com qualidades positivas e opostas ao objeto representado.

Com relação à segunda hipótese, de que não existe similitude, mas uma diferença significativa no que concerne aos conteúdos representacionais de cada grupo (De Rosa, 1988), fica evidenciada a confirmação dessa hipótese, caracterizada pelas diferenças relativas à inserção socioeconômica (Doise & Mugny, 1997) dos sujeitos (universitários e “meninos de rua”). O grupo de estudantes concluintes do curso de serviço social aparece unicamente no fator 2, lado negativo. Suas representações assemelham-se às dos seus pares iniciantes: a infância representa “brincadeira, alegria e saudade” de uma suposta felicidade desaparecida. O estudo é designado como representante do “futuro” e é uma “necessidade”. O “menino de rua” é visto como “carente”, sendo enfatizada, pelos mesmos, a negligência governamental pela ausência de políticas sociais, manifesta na idéia de que “falta

política”. Aqui constatamos uma influência da experiência acadêmica, marcada pela presença do aspecto político na explicação da problemática, que torna diferenciada, quanto ao conteúdo representacional dos estudantes iniciantes que se referem ao futuro como um porvir “incerto” na trajetória da própria cidadania. A família parece evocar necessidades que a história parecia ter soterrado, quando se evidenciam representações de conservadorismo social: família é a “base”, “amor” e “companheirismo”.

Fica evidenciada (Tabela 1) uma representação de distanciamento em relação às “crianças de rua” no que se refere à *comparação social* que os sujeitos estabelecem entre si. Os “meninos de rua” entrevistados representam essa categoria de modo excessivamente negativo, enquanto os universitários tentam atenuar essa agudização

Tabela 1. As representações comparativas entre os sujeitos da pesquisa (n=178 : n1=52 (“menino de rua”); n2=126 Universitários).

1	%	2	%	3	%	4	%
Família		Rua		Si Mesmo		“Menino de Rua”	
Boa	76,9	Ruim	42,0	Legal	19,0	Cheira-cola	27,0
Aconselha	7,7	Boa	40,0	Bom	57,0	Mau	25,0
Companheirismo	12,0	Violenta	25,0	Bonito	35,0	Faz coisas erradas	21,0
Conflito	15,0	Brincar	25,0	Alegre	20,0	Ladrão	23,0
Base	30,0	Não tem futuro	11,0			Trombadinha	19,0
União	14,0					Maconheiro	11,0
Tudo	6,7					Carente	21,0
						Descaso	15,9
						Faltam políticas	30,0
						Sofre	16,0
						Triste	18,0
5	%	6	%	7	%	8	%
Infância		Trabalho		Futuro		Estudo	
Não sabe	35,0	Ruim	7,9	Trabalho	38,0	Aprendizagem	18,0
Boa	35,0	Bom	58,0	Não sabe	25,0	Cansativo	4,8
Brinca	23,0	Ganhar dinheiro	27,0	Vida melhor	23,0	Conhecimento	16,0
Alegre	25,0	Necessário	21,0	Felicidade	17,0	Bom	17,0
Felicidade	17,0			Realidade	21,0	Futuro	21,0
Saudade	19,0					Necessidade	30,0

com a atribuição de vitimização do "menino de rua", que é objeto de descaso social e político. Mas todos os sujeitos colocam-se em condições de diferenciação, sendo o "menino de rua" polarizado na condição de alteridade.

CONCLUSÃO

Constatamos a precocidade com que são formados os estereótipos quando as crianças mais jovens, através da construção seletiva (Moscovici, 1961), apropriam-se e interiorizam (Berger & Luckmann, 1989) a linguagem cotidiana e do senso comum de uma determinada cultura (Doise & Mugny, 1997; Sá, 1998). Apropriação que se realiza na dinâmica social e cultural do grupo ao qual pertence, para integrar, ao nível dos seus registros cognitivos, valores e concepções de mundo. A pesquisa coloca em evidência a dialética que se instaura entre o sistema cognitivo e social dos indivíduos, evidenciando as diferenças de conteúdos representacionais, já que os sujeitos partilham funções diferenciadas de tratamento das informações socialmente absorvidas, que implicam em critérios culturais de construção seletiva conforme a inserção social dos indivíduos, na formação das representações que orientam as condutas dos sujeitos. O fato de o "menino de rua" ser representado como sujeito de criminalidade demonstra um paradoxo na existência dos que partilham um mesmo espaço geográfico, econômico e social, comprovando, de modo incontestável, a influência do sociocultural nos conteúdos da RS, tese amplamente defendida por Doise e Mugny (1997). Em um país que se furta a priorização de implementação de políticas sociais dirigidas aos setores mais desfavorecidos, a questão das "crianças de rua" é transformada em um problema social em que esses sujeitos são transfigurados em objeto de estereotipia associada à marginalidade e à criminalidade no imaginário do senso comum de uma sociedade. Imaginário que agudiza os tons sombrios da exclusão social com a aberrante coloração da criminalidade.

A organização cognitiva da representação aparece diferenciada com relação aos dois grupos (estudantes e "meninos de rua"), tendo como elemento figurativo (Moscovici, 1961) as respectivas representações de "carência", para os primeiros, e de "criminalidade", atribuída ao objeto representado pelo segundo grupo. Constatamos a evidência da tese relativa às minorias de que a "necessidade de se diferenciar da minoria para não ser assimilado a ela é tanto mais necessária quanto mais se sente próximo a ela" (Aebischer & Oberle, 1990, p.126). Pelo fato de disputarem um mesmo espaço socio-geográfico e de assemelharem-se em inúmeros aspectos, os "meninos de rua" recorrem à estratégias sociocognitivas de diferenciação das minorias (categoria "menino de rua"). No processo representacional, a objetivação da categoria "menino de rua" materializa-se na figura do "cheira-cola", "trombadinha", "maconheiro", "ladrão" etc., dos sujeitos entrevistados, que se utilizam de contrastes rígidos de diferenciação entre o si mesmo e a categoria para evitarem o risco de serem "contaminados" ou confundidos socialmente com essa categoria minoritária. No convívio cotidiano e na disputa do mesmo espaço, as características do "outro" tornam-se familiares, sendo descritas com exatidão de fatos e ocorrências registradas cognitivamente e afetivamente, o que desencadeia um alerta ao medo da não diferenciação sujeito/objeto de representação, temendo ver-se reconhecido no "outro" pelo olhar vigilante da sociedade. Essa necessidade de distanciamento não é manifestada de modo rigoroso entre os universitários pelo fato de encontrarem-se preservados em múltiplos aspectos que os distanciam na inserção social dos dois grupos (universitários e "meninos de rua"). Entretanto, toda a amostra da pesquisa representa a categoria "meninos de rua" como aquele que se diferencia da identidade que os sujeitos investigados constroem sobre si mesmos. A categoria é colocada em pólo oposto ao reconhecimento que cada um tem de si mesmo, isto é, na condição de alteridade marcada não apenas pela diferença, mas ancorada no registro cognitivo de uma condição limítrofe da condição humana, também demarcada por uma existência à parte.

REFERÊNCIAS

- Abric, J.-C. (1994). **Pratiques Sociales et représentations**. Paris: PUF.
- Abric, J.-C. (1996). **Exclusion sociale, insertion et prévention**. Saint-Agne: Editions Erès.
- Abric, J.-C. (2003). **Méthodes d'études des représentations sociales**. Ramonville: Ed. Erès.
- Bardin, L. (1989). **L'analyse de contenu**. 5ed. Paris: PUF.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1989). **La construction sociale de la réalité**. Paris: Meridiens Klincksieck.
- Cheniaux, S. (1982). **Trapaceados e trapaceiros: o menor de rua e o serviço social**. São Paulo: Cortez.
- Cibois, P. (1991). **L'analyse factorielle**. Collections Qui sais-je? 3.ed. Paris: PUF.
- De Rosa, A.S. (1988). "Sur l'usage des associations libres dans l'Étude des représentations sociales de la maladie mentale". **Connexions**, 51, 27-50.
- De Rosa, A.S. (2003). Le "réseau d'associations": une technique pour détecter la structure, les contenus, les indices de polarité, de neutralité et de stéréotypie du champ sémantique liés aux représentations sociales. In J.C. Abric. **Méthodes d'études des représentations sociales** (p.81-117). Ramonville Saint-Agne: Éditions Éres 2003.
- DOISE, W., & MUGNY, G. (1997). **Psychologie Sociale & Développement Cognitif**. Paris: Armand Colin.
- Fassin, D. (1996). Marginalidad et marginados. La construction de la pauvreté urbaine en Amérique Latine. In S. Paugam. **L'exclusion: l'État des savoirs**. Paris: Editions La Découverte.
- Ferreira, R.M.F. (1979). **Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: IBREX.
- Jodelet, D. (1989a). **Les représentations sociales**. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1989b). **Folies et Représentations Sociales**. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1996a). Les processus psychosociaux de l'exclusion. In S. Paugam. **L'exclusion: l'État des savoirs**. Paris: Editions La Découverte.
- Jodelet, D. (1996b). Représentations sociales de la maladie mentale et insertion des malades mentaux. In J.C. Abric. **Exclusion sociale, insertion et prévention**. Saint-Agne: Editions Erès.
- Jodelet, D. (1999). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1961). **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1979). **Psychologie des minorités actives**. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1987). *Le déni*. In S. Moscovici & G. Mugny. **Psychologie de la conversion**. Suisse: Editions Deval.
- Nobrega, S.M., & Coutinho, M.P.L. (2003). O teste de associação livre de palavras. In M.P.L. Coutinho, A.S. Lima, F.B. Oliveira & M.L. Fortunato. (Orgs.). **Representações sociais: abordagem interdisciplinar**. João Pessoa: UFPB.
- Paugam, S. (1996). **L'exclusion: l'État des savoirs**. Paris: Editions La Découverte.
- Rosemberg, F. (1994). **Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade**. Caxambu: Fundação Carlos Chagas.
- Sá, C.P. (1998). **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Sawaia, B. (Org.). (1999). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes.

Recebido para publicação em 25 de setembro de 2003 e aceito em 14 de outubro de 2004.